

Literatura de potencial receção infantil e educação inclusiva: formando educadores e professores

Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro^a, Paula Marisa Fortunato Vaz^b

^aInstituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, Instituto em Estudos de Literatura Tradicional, Bragança, Portugal, carlaguerreiro.ese@gmail.com, ^bCentro de Investigação em Educação Básica (CIEB), Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, paulavaz@ipb.pt

Resumo

A finalidade deste artigo é descrever o projeto desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular de Literatura Infantojuvenil da Licenciatura em Educação Básica de uma instituição de ensino superior do norte de Portugal, e apresentar o estudo que foi feito com os estudantes que nele participaram sobre a sua avaliação do trabalho desenvolvido. Este projeto teve como objetivo principal o cruzamento de olhares entre a literatura de potencial receção infantil e a educação inclusiva, através da articulação de diferentes documentos de trabalho - obras de literatura de potencial receção infantil previamente selecionadas, e o documento Referencial de Educação para o Desenvolvimento (RED) (Justiça social). Foi trabalhado com os estudantes um corpus textual de autores portugueses, que se constitui como uma importante estratégia formativa neste campo. Os estudantes, em grupos de trabalho, leram as obras, fizeram a sua análise integral com enfoque no tema selecionado e propuseram formas de exploração das obras em contexto educativo. Entre outros, foi objetivo do projeto perceber como os estudantes avaliam o trabalho desenvolvido. Recorreu-se a uma metodologia quantitativa e ao inquérito por questionário, que foi respondido pelos 10 participantes. Os resultados, analisados com recurso à descrição estatística, permitiram concluir que: no início do projeto nenhum estudante tinha conhecimento do RED; todos os estudantes concordam/concordam totalmente em considerar pertinente a articulação entre o RED e a obra de literária que trabalharam; todos concordam totalmente que o trabalho desenvolvido lhes permitiu uma melhor compreensão e interpretação das obras literárias sugeridas; a maioria dos estudantes concorda totalmente que a leitura da obra e o trabalho realizado a partir dela, suscitou a sua reflexão em torno da temática Inclusão e/ou Justiça Social e concorda/concorda totalmente que o trabalho realizado lhe permitiu pensar em formas de exploração das obras, em contexto educativo, promotoras de uma Educação Inclusiva e/ou Justiça Social.

Palavras-chave: *literatura de potencial receção infantil, educação inclusiva, justiça social, formação de educadores/professores, educação para o desenvolvimento.*

Enquadramento

No processo que visa a consciencialização e a compreensão das causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização, deve reconhecer-se o papel primordial da Escola em todos os níveis e ciclos de educação e ensino (Cardoso et al., 2016).

À luz do Decreto-Lei n.º 240/2001 de 30 de agosto, que estabelece o perfil de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, o educador/professor deve promover o desenvolvimento pessoal, social e cívico da criança numa perspectiva de educação para a cidadania. Deve também desenvolver aprendizagens conducentes à construção de uma cidadania responsável, nomeadamente no âmbito da educação para a saúde, ambiente, consumo, respeito pela diferença e convivência democrática.

A formação dos futuros profissionais da educação deve preparar os estudantes para promoverem, como educadores e professores, ambientes de aprendizagem, em que os seus futuros alunos possam adquirir conhecimentos. Mas, nestes ambientes, devem poder desenvolver também capacidades e adotar atitudes e valores que promovam o respeito pelos direitos humanos, pela justiça social, pela diversidade, pela igualdade de género e pela sustentabilidade ambiental, levando-os a desenvolver competências que os convertam em cidadãos responsáveis num mundo global. Logo, pretende-se que compreendam e discutam as relações entre questões sociais, ecológicas, políticas e económicas, permitindo-lhes descobrir novas formas de pensar e agir, desenvolvendo, nesse processo, um sentido de pertença a uma humanidade comum (Silva, 2010). Esse sentido poderá fazer com que queiram enfrentar os problemas globais, sentindo-se cidadãos do mundo. Deste modo, será possível, por parte das crianças e dos jovens, para além da aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades (como por exemplo de autonomia, de responsabilidade, de pensamento crítico, de argumentação) e a promoção de valores, atitudes e comportamentos que lhes permitam a “compreensão crítica e a participação informada perante desafios locais e globais que se colocam à construção de um mundo mais justo, inclusivo e solidário” (Cardoso et al. 2016, p. 5).

O Referencial de Educação para o Desenvolvimento é um documento que foi elaborado pelo Ministério da Educação de Portugal, através da Direção-Geral da Educação em parceria com o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o Centro de Intervenção para

o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) e a Fundação Gonçalo da Silveira, tendo sido aprovado em agosto de 2016. Trata-se de um documento não prescritivo mas orientador “que visa enquadrar a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania, e promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário” (Cardoso et al. 2016, p. 7).

Neste seguimento, foram identificados neste documento seis temas globais, a partir dos quais se propõe o tratamento progressivo. São eles: 1. Desenvolvimento; 2. Interdependências e Globalização; 3. Pobreza e Desigualdades; 4. Justiça Social; 5. Cidadania Global; 6. Paz.

O projeto “Literatura de potencial receção infantil e educação inclusiva: formando educadores e professores” desenvolveu-se no âmbito da Unidade Curricular (UC) de Literatura Infantojuvenil do 2.º ano da Licenciatura em Educação Básica de uma instituição de ensino superior do norte de Portugal, no ano letivo 2020/2021. Teve como objetivo principal fazer o cruzamento de olhares entre a literatura de potencial receção infantil e a educação inclusiva, através da articulação de diferentes documentos de trabalho, mais concretamente entre diferentes obras de literatura de potencial receção infantil, previamente selecionadas, e o tema 4 - “Justiça social” do documento *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*. No contexto do tema 4 - “Justiça social” este referencial refere:

Os alunos e as alunas compreendem que a justiça diz respeito à igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos e cidadãs, apontando para um conjunto de princípios e de normas socialmente legitimadas que orientam a vida das pessoas e dos grupos sociais e que são aplicadas como meio de manter a segurança, de promover o bem-estar social e de lutar contra todas as formas de discriminação. Por sua vez, a justiça social baseia-se num compromisso ético que tem por objetivo a criação e fortalecimento do bem comum, da coesão social e territorial e da equidade entre cidadãos, cidadãs e grupos sociais, reconhecendo todas as pessoas, enquanto tal, na sua dignidade. Os alunos e as alunas são capazes de identificar os principais obstáculos à construção da justiça social, assim como os contributos fundamentais para a sua concretização e de assumir o seu papel enquanto promotores de sociedades mais justas e equitativas. Ao fazê-lo, valorizam o percurso feito pela humanidade na consagração dos direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, bem como a importância do reconhecimento de direitos, deveres e responsabilidades, no quadro das opções individuais e coletivas, enquanto transformadoras de práticas sociais caracterizadas por injustiça e desigualdade, no sentido da construção de um mundo mais justo. (Cardoso et al. 2016, p. 13)

Desta forma, este documento, ao trazer para a discussão, nomeadamente a igualdade de direitos e deveres, a luta contra todas as formas de discriminação, a equidade entre as pessoas e grupos sociais, articula-se com a filosofia da Inclusão, que deve reger a vida numa

sociedade plural e democrática e que em Portugal é sustentada legalmente, ao nível educacional, pelo Regime Jurídico da Educação Inclusiva - Decreto-lei 54/2018 de 6 de julho.

A escolha do corpus textual recaiu sobre quatro obras de autores portugueses, representativas de diferentes períodos históricos: *O Romance da Raposa* de Aquilino Ribeiro, *O Rapaz de Bronze* de Sophia de Mello Breyner Andreson, *O Rapaz que vivia na televisão* de Luísa Ducla Soares e *Nico* de Natalina Cóias. A leitura das obras tendo como pano de fundo o *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*, remete para o facto de, não obstante estarem inseridas em diferentes coordenadas temporais, todas elas apresentarem aspetos em consonância com o tema “Justiça Social”, seja a nível da construção das personagens, seja a nível das mensagens subjacentes, essenciais na formação humana e profissional dos futuros Educadores e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), formação esta que estará na base das suas futuras práticas pedagógicas.

A título de exemplo referem-se em particular, e de forma breve, duas delas: *O rapaz que vivia na televisão-e outras histórias*, de 2002, e *Nico* de 2019.

Relativamente à obra *O rapaz que vivia na televisão-e outras histórias*, sendo uma coletânea de contos, os estudantes escolheram três narrativas como objeto de análise: o conto que dá título à obra, “*A bomba*” e “*O dragão*”. Particularmente nestes dois últimos, a autora, com base na personificação como recurso estilístico, traça o percurso de dois elementos - uma bomba e um dragão - que são diferentes dos restantes elementos que constituem a sociedade envolvente. Pressupõem, pela sua condição, algum perigo e até risco para os outros e, ao contrário do expectável, vão romper estereótipos e ideias preconcebidas, provando que é da diferença do indivíduo singular que surge a oportunidade de enriquecer a sociedade envolvente. Este é, aliás, um aspecto característico da obra da autora, o elogio da diferença (face à diversidade dos indivíduos e das suas particularidades, pelas inúmeras situações em que aparecem caracterizados, e pelas diversas soluções propostas para as diferenças e dificuldades de cada sujeito) e a defesa da convivência social e da necessidade de integração da diferença. Desta forma está subjacente, nas duas narrativas assinaladas, o princípio da inclusão apresentado no *Referencial de Educação para o Desenvolvimento* no contexto do tema Justiça Social.

No álbum ilustrado *Nico*, de Natalina Cóias, quando a personagem principal - um unicórnio bebé - chegou ao espaço onde decorre a ação, a quinta, apesar da sua idiosincrasia, foi aceite por todos os animais e pela proprietária da quinta, tendo sido sempre foi respeitado. Este unicórnio, além de ser diferente dos outros animais da quinta, possuía uma particularidade: ao espirrar libertava um arco-íris que pintava os outros animais de todas as cores. Paralelamente, conta-se a história de uma princesa com um cabelo crespo, diferente de todos os outros, que pela sua diferença se achava sempre maldispota e discutia com todos os outros habitantes do palácio real. Com efeito, era uma menina antipática e irascível. Entretanto, os

pais, na tentativa de acalmarem e sossegarem a sua revolta, tendo ouvido falar de um ser maravilhoso que existia numa quinta próxima do palácio, promoveram o seu encontro e fizeram transportar o unicórnio até ao palácio real. A princesa, maldisposta por natureza, quando casualmente o unicórnio espirrou, ficou manchada com todas as cores do arco-íris e desatou a rir à gargalhada, perdendo o seu proverbial mau humor. Ao conhecer o unicórnio percebeu que ser diferente não é necessariamente uma coisa má, como o próprio texto diz: “A princesa agora está sempre contente e percebeu que afinal não faz mal ser diferente.” Estão, pois, subjacentes à narrativa aspetos como: a importância da autoestima, o respeito pelo outro e a aceitação das diferenças que, claramente, se incluem na temática da Inclusão/Justiça social.

Os estudantes da turma foram distribuídos por quatro grupos de trabalho e a cada grupo foi disponibilizada uma das obras selecionadas. Cada grupo, com base na obra, realizou as seguintes tarefas: procedeu à leitura, resumo, caracterização da obra literária em termos estéticos e do ponto de vista da(s) sua(s) mensagem(s) e dos valores subjacentes; identificou o público alvo de cada obra e fez a sua análise estilística e de conteúdo; identificou, na respetiva obra, os aspetos que refletiam o tema 4-Justiça Social do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*, ou seja os elementos das obras em que este tema emerge e ainda em que contextos tal acontece; realizou a planificação de atividades pedagógicas a curto e médio prazo para Educação Pré-escolar ou para o 1.º CEB; apresentou à turma o trabalho desenvolvido.

Uma vez terminado o projeto pretendeu-se estudar, no final, como os estudantes avaliam o trabalho desenvolvido no âmbito do mesmo. É deste estudo, contextualizado pela descrição sumária do projeto realizada anteriormente, que se pretende dar conhecimento neste artigo.

Procedimentos e opções metodológicas

Para perceber como os estudantes avaliam o trabalho desenvolvido, nomeadamente no que concerne ao conhecimento do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*, à articulação do mesmo com a obra trabalhada, ao contributo do trabalho desenvolvido, à reflexão em torno das temáticas abordadas e de possíveis formas de exploração das obras em contexto educativo, levou-se a cabo um estudo quantitativo.

1.1. Participantes

Participaram neste projeto 10 estudantes da UC de Literatura Infantojuvenil do 2.º ano da Licenciatura em Educação Básica de uma instituição de ensino superior do norte de Portugal.

2.2. Instrumento de recolha de dados

Foi construído um inquérito por questionário, com cinco afirmações (ver secção de resultados) relativamente às quais os alunos têm de manifestar o seu grau de concordância, através do preenchimento de uma escala de Likert com opções de 1 a 5 em que 1 significa “Discordo Totalmente”, 2 significa “Discordo”, 3 significa “Não concordo nem discordo”, 4 significa “Concordo” e 5 significa “Concordo Totalmente”.

2.3. Procedimentos

Concluído o projeto o questionário foi disponibilizado em suporte *online*, através da plataforma *Google Forms* no mês de maio de 2021. O preenchimento foi facultativo, os estudantes responderam de forma anónima. Todos os estudantes que participaram no projeto responderam ao questionário. Os resultados foram analisados com recurso à descrição estatística.

Resultados

Apresentam-se, de seguida, os resultados obtidos com base nas respostas dos estudantes no contexto das afirmações que constituem o questionário.

Relativamente à afirmação “Já tinha conhecimento do documento Referencial de Educação para o Desenvolvimento.” a totalidade dos estudantes respondeu “Discordo Totalmente”. Perante a afirmação “Considero pertinente a articulação entre o Referencial de Educação para o Desenvolvimento e a obra de literatura que trabalhei.” seis alunos responderam “Concordo” e quatro estudantes responderam “Concordo Totalmente”. À afirmação “O trabalho desenvolvido permitiu-me uma melhor compreensão e interpretação das obras literárias sugeridas.”, todos os estudantes responderam “Concordo Totalmente”. Quanto à afirmação “A leitura da obra e o trabalho realizado a partir dela, no âmbito deste projeto, suscitou a minha reflexão em torno da temática Inclusão e/ou Justiça Social” um aluno respondeu “Não concordo nem Discordo”, três estudantes responderam “Concordo” e seis responderam “Concordo Totalmente”. Perante a afirmação “O trabalho realizado a partir da obra selecionada permitiu-me pensar em formas de exploração das obras, em contexto educativo, promotoras de uma Educação Inclusiva e/ou Justiça Social.” um estudante respondeu “Não concordo nem Discordo”, dois estudantes responderam “Concordo” e sete responderam “Concordo Totalmente”.

Conclusões

Analisando os resultados obtidos com as respostas ao questionário pode concluir-se que os estudantes desconheciam o documento *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*, não obstante estes estarem a frequentar o 2.º ano curricular da sua formação académica. De salientar que, no decorrer do projeto e das reflexões que foram sendo feitas no contexto do mesmo, os estudantes foram manifestando uma perceção positiva relativamente a este documento e, quando questionados sobre a pertinência da articulação entre o *Referencial de Educação para o Desenvolvimento* e a obra de literatura trabalhada” a totalidade dos estudantes respondeu “Concordo” ou “Concordo Totalmente”. Os estudantes parecem ter visto nesta forma de trabalhar, em articulação, uma mais-valia para a compreensão e interpretação das obras literárias estudadas, uma vez que todos responderam “Concordo Totalmente” a esta questão. Também no que respeita à reflexão em torno da temática Inclusão/Justiça Social, suscitada a partir da leitura da obra e da articulação desta com o *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*, a quase totalidade dos participantes (n=9) respondeu “Concordo” ou “Concordo Totalmente”. No mesmo sentido, respondeu também a maioria dos estudantes (n=9) quando confrontada com a afirmação relativa ao facto de este tipo de trabalho lhes ter permitido pensar em formas de exploração das obras, em contexto educativo, promotoras de uma Educação Inclusiva e/ou de Justiça Social.

Na linha de Bakhtin (1994), filósofo e teórico da linguagem russo, a literatura é um cronótopo e, portanto, consequência ou resultado de um tempo e espaço específicos e seus valores, dando materialidade a conceitos e valores através das palavras, das vozes e dos sentidos. Com efeito, toda a literatura é veículo de mensagens, independentemente da época histórica que reflita.

Na promoção da leitura, sobretudo quando o destinatário da mesma são crianças, é muito importante a figura do mediador formal (por exemplo o educador e/ou o professor), recaindo sobre ele, entre outras, a responsabilidade de fazer a ponte entre a obra na sua essência, no seu tempo, no seu espaço, e o público em desenvolvimento e aprendizagem, situado também num tempo e num espaço concretos. Nesta ponte devem ser transportadas as mensagens e os valores que a obra veicula (Azevedo & Balça, 2016). Assim, considera-se pertinente que tal seja considerado ao nível da formação de educadores e professores, no sentido de estes serem preparados para a interpretação da obra, em articulação com os referenciais educativos atuais, a reflexão em torno da mesma e, a partir daqui, a preparação de momentos de ensino e aprendizagem promotores da compreensão dos valores e mensagens veiculados pela obra.

Os resultados obtidos, e respetivas conclusões, parecem remeter para os benefícios deste trabalho em articulação, para os futuros educadores e professores e, consequentemente, para os seus futuros educandos/alunos. Neste caso, os benefícios situam-se mais concretamente ao nível da educação inclusiva, enquadrada no tema Justiça Social do *Referencial de*

Educação para o Desenvolvimento, dadas as características das obras trabalhadas, anteriormente exemplificadas. Espera-se que este trabalho e as reflexões que foram feitas tenham repercussão no trabalho destes futuros educadores e professores na sala de aula inclusiva.

Não sendo objetivo a generalização de resultados, considera-se pertinente replicar o projeto e o estudo que aqui se apresenta (mas com um alargamento do instrumento de recolha de dados), nesta unidade curricular e noutras de outros cursos de formação de professores, na mesma instituição e em parceria com outras instituições.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/05777/2020.

Referências

Azevedo, F., & Balça, A. (Eds.). (2016). *Leitura e educação literária*. Lisboa: Pactor.

Bakhtin, M. (1994). *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora HUCITEC

Cardoso, J., Pereira, L. T., & Neves, M. J. (Coord.). (2016). *Referencial de educação para o desenvolvimento: Educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de agosto. Diário da República, Série I-A, N.º 201/2001 – 30 de agosto. Acedido em: www.dge.mec.pt

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª Série, N.º 129 – 6 de julho de 2018. Acedido em: <https://dre.pt/application/conteudo/115652961>

Silva, M. C. (Eds.). (2010). *Guia prático para a educação global conceitos e metodologias no âmbito da educação global para educadores e decisores políticos*. Lisboa: Centro Norte-Sul do Conselho da Europa.